

51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Sede da CPLP, 12 e 13 de março de 2026

Relatório Final

Apresentação das Propostas de Atividade submetidas pelas Entidades Executoras (24 de fevereiro de 2026)

Em momento prévio à realização da 51ª Reunião de Pontos Focais de Cooperação (RPFC), que teve lugar em Lisboa, no Secretariado Executivo da CPLP, nos dias 12 e 13 de março de 2026, foi realizada, no dia 24 de fevereiro de 2026, em formato digital, a apresentação das Propostas de Atividade submetidas pelas Entidades Executoras e previamente validadas pelo Secretariado Executivo, conforme previsão do artigo 13º do Regimento do Fundo Especial da CPLP, para que os Pontos Focais de Cooperação da CPLP (PFC) pudessem inteirar-se dessas propostas e esclarecer eventuais dúvidas junto dos proponentes.

A primeira proposta de atividade apresentada foi: “Food4Islands: Aquaponia Sustentável e Empreendedorismo Azul para Ilhas dos PALOP”, apresentada pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA, I.P.).

A segunda proposta apresentada foi: “Apoio ao funcionamento da LusoReg e ao reforço de capacidades regulatórias no setor da água e saneamento no espaço da CPLP”, apresentada pelo Lisbon International Centre for Water (LIS-Water).

Findas as apresentações, os representantes dos Estados-Membros tiveram a oportunidade de solicitar esclarecimentos e informações adicionais aos proponentes.

1. Reflexão/debate sobre a cooperação da CPLP nos 30 anos da Comunidade

O Diretor de Cooperação (DC) apresentou uma reflexão abrangente sobre a cooperação da CPLP nos seus 30 anos, estruturada em torno de três eixos principais: o balanço do trabalho realizado, a avaliação da contribuição da cooperação para a Nova Visão Estratégica, e a projeção para o próximo ciclo estratégico (Anexo 3).

Na sua exposição destacou a consolidação de um sistema integrado de governação, planeamento e monitorização da cooperação da CPLP, materializado no Documento Estratégico de Cooperação 2020-2026, no Quadro Bienal de Cooperação, no Manual de Cooperação e no reforço do papel das Reuniões Ministeriais Setoriais. O modelo de cooperação da CPLP foi caracterizado como essencialmente técnico e em rede, assente na capacitação institucional e no intercâmbio de conhecimento, com escala financeira relativamente modesta.

Identificou ainda fragilidades estruturais que condicionam o impacto da cooperação: insuficiência de recursos financeiros, irregularidade no funcionamento dos Secretariados Técnicos Permanentes, desigualdade de dinamismo entre setores, e ausência de um sistema consolidado de avaliação de impacto.

Quanto ao próximo ciclo, o DC refletiu que possivelmente poderia fazer sentido uma evolução do modelo atual para uma lógica de programas estratégicos multilaterais, com maior concentração temática em áreas de alto valor estratégico – segurança alimentar, oceanos, transição energética, mobilidade científica e governação digital – e com um papel mais ativo dos Observadores Associados no cofinanciamento das iniciativas.

A Ponto Focal de Cooperação do Brasil (PFC BR) agradeceu a apresentação do SECPLP e traçou um panorama do contexto internacional, sublinhando que se afigura profundamente preocupante e que acentua desequilíbrios estruturais que desafiam os fundamentos do multilateralismo e do desenvolvimento sustentável. Notou que, em 2024, enquanto a economia global cresceu cerca de 3,2%, os gastos militares aumentaram quase três vezes mais, atingindo níveis recorde, ao passo que a ajuda pública ao desenvolvimento (APD) sofreu uma queda significativa. Referiu que os países em desenvolvimento destinam anualmente cerca de 1,4 biliões de dólares ao serviço da dívida, valor muito superior aos fluxos globais de cooperação para o desenvolvimento, aprofundando a transferência líquida de recursos do Sul para o Norte e comprometendo investimentos essenciais em crescimento económico, resiliência climática e proteção social. Evocou a Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4), realizada em Sevilha, em junho de 2025, observando que, não obstante a sua importância para reafirmar o multilateralismo e o reconhecimento das vulnerabilidades multidimensionais dos países em desenvolvimento, ficou aquém das expectativas em matéria de mobilização de recursos novos e adicionais e de reformas estruturais de maior alcance. Para o Brasil, este quadro reforça a urgência de recolocar o desenvolvimento social, económico e ambiental no centro da ação de cooperação para o desenvolvimento da CPLP. Acrescentou, por fim, a propósito da gestão da cooperação, a necessidade de melhorar as capacidades internas dos Estados-Membros para monitorizar e avaliar o impacto das atividades.

A Ponto Focal de Cooperação de Moçambique (PFC MOÇ) congratulou o SECPLP pela apresentação e partilhou reflexões sobre a articulação das reuniões setoriais e a coordenação nacional, sublinhando a importância de os PFC realizarem reuniões regulares e coordenarem posições. Referiu-se também à similitude do formato CPLP por comparação com outras organizações internacionais em processo de reforma, incluindo reuniões preparatórias de cimeiras e de seguimento das mesmas. Identificou como áreas prioritárias a economia azul e a transição energética. Registou com preocupação a diminuição da APD e a deterioração do contexto internacional. Destacou a importância de identificar áreas prioritárias e levantou a questão do processo de aprovação de projetos setoriais, sugerindo que os mesmos devam passar pelos pontos focais setoriais.

O Ponto Focal de Cooperação de Portugal (PFC PT) congratulou o SECPLP pela apresentação e defendeu a necessidade de repensar as áreas estratégicas da cooperação, reduzindo o seu leque para garantir maior impacto, em linha com as áreas identificadas pelo SECPLP. Salientou a importância de um maior envolvimento da sociedade civil, nomeadamente dos Observadores Consultivos, e de criar sinergias com outras organizações internacionais para reforçar a visibilidade e o impacto da cooperação da CPLP.

A Ponto Focal de Cooperação de São Tomé e Príncipe (PFC STP) agradeceu a apresentação e identificou os pontos que na sua visão deverão merecer consideração futura: (1) maior previsibilidade do Fundo Especial da CPLP, com programação plurianual e criação de mecanismos de contribuição obrigatória; (2) reforço da articulação entre as Reuniões Ministeriais Setoriais, a RPFC e o SECPLP, ponderando a revisão do cronograma para facilitar momentos de concertação; (3) desenvolvimento de um sistema de monitorização e avaliação que permita aferir o impacto das ações nos Estados-Membros e nos beneficiários; e (4) utilização da cooperação para projetar a organização externamente.

O representante de Cabo Verde em nome do seu Ponto Focal de Cooperação de Cabo Verde identificou a cooperação da CPLP como uma oportunidade para reforçar uma visão mais operacional e próxima das necessidades reais dos Estados-Membros. Defendeu prioridades claras, metas verificáveis e mecanismos de acompanhamento, propondo como eixos estruturantes a resiliência climática, a mobilidade, a transformação digital e a governação eletrónica. Advogou o avanço para mecanismos de financiamento mais previsíveis e o reforço da dimensão económica e do empreendedorismo. Considerou que o DEC deverá ser atualizado para refletir a maturidade da CPLP e os desafios atuais, com enfoque na eficiência, monitorização e impacto real.

O Ponto Focal de Cooperação de Timor-Leste e Coordenador da RPFC (Coordenador) congratulou o SECPLP pela apresentação e identificou como áreas prioritárias a economia azul, a educação e alfabetização, as alterações climáticas, a redução da pobreza nos Estados-Membros e a transformação digital, tendo sublinhado o carácter transversal dessas temáticas.

Em reação, o DC salientou que o exercício em torno da potencial revisão do DEC poderia constituir um contributo relevante para o esforço de preparação da Visão Estratégica 2027-2023. Nesse sentido, sugeriu a realização de reuniões eletrónicas bimensais entre as RPFC, a articular com a Presidência, e propôs que o pilar da cooperação trabalhe de forma antecipada relativamente aos trabalhos do Grupo de Trabalho da Nova Visão Estratégica. Avançou ainda uma sugestão de revisão da matriz de análise e dos critérios de elegibilidade das propostas para que o endosso das reuniões ministeriais setoriais ou o enquadramento num Plano de Ação setorial passasse a ser um critério obrigatório, dando assim pleno sentido às previsões constantes do Regimento do Fundo Especial da CPLP relativas à tramitação das propostas de atividade (artº 13º do RFE) e Regimento da Reunião de Pontos Focais de Cooperação.

2. Abertura

A sessão de abertura, realizada no dia 12 de março de 2026, esteve a cargo do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor-Leste, Bendito dos Santos Freitas, e da Secretária Executiva da CPLP, Maria Fátima Jardim.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor-Leste usou da palavra para saudar a realização da 51^a Reunião de Pontos Focais de Cooperação, assinalando que os princípios e valores que norteiam a CPLP adquirem renovada premência face aos atuais desafios internacionais, nomeadamente os abalos ao sistema multilateral e a fragilidade do diálogo em detrimento do uso da força.

O Ministro destacou que Timor-Leste elegeu como tema da sua presidência rotativa a Consolidação do Estado de Direito Democrático e os Desafios para a CPLP, reafirmando a centralidade da cooperação comunitária enquanto pilar com impacto direto na vida das populações. Neste contexto, apelou à diversificação das fontes de financiamento do Fundo Especial, sublinhando a necessidade de alargar as parcerias públicas e privadas para reforçar a capacidade de atuação da Organização.

Na sua intervenção, o Ministro referenciou, ainda, o impacto ao longo das últimas décadas de alguns programas estruturantes da agenda da CPLP nos domínios da educação superior, saúde pública, engenharia civil e audiovisual. Assinalou, ainda, a coincidência significativa de Timor-Leste presidir, pela segunda vez, ao processo de negociação da Visão Estratégica da Organização, desta vez para o período 2027–2033, esperando que os trabalhos da reunião produzissem subsídios relevantes para esse exercício.

Concluiu, anunciando a realização, em julho, da segunda parte do Seminário de Pontos Focais Setoriais Nacionais, à margem da 31.^a Reunião do Conselho de Ministros, identificando a sua expectativa em poder contar com a colaboração do Secretariado Executivo da CPLP e dos Pontos Focais de Cooperação que se quisessem associar à iniciativa.

Na sua intervenção, a Secretária Executiva da CPLP (SE) aludiu à importância da RPFC enquanto órgão que contribui de forma decisiva para a concretização de resultados concretos na agenda da CPLP, salientando o trabalho que vem sendo desenvolvido numa conjuntura desafiante. A SE identificou também a importância de se poder melhorar a monitorização dos resultados da cooperação da CPLP e o potencial identificado para o reforço do pilar por via de um mecanismo de reforço do trabalho conjunto com parceiros como os Observadores Associados e outros organismos internacionais.

(Lista de Participantes – Anexo 1).

3. Aprovação da Agenda de Trabalhos e do Programa

Após a abertura, passou-se para a análise da agenda da 51^a RPFC.

A PFC BR solicitou a inclusão de três pontos no item 6 da Agenda:

- “IV Diálogo sobre Pequenos Negócios e Empreendedorismo no âmbito da CPLP”;

- “Seminário Internacional sobre Empreendedorismo e Mundo do Trabalho para a Juventude com os Jovens dos Países Membros da CPLP”;
- “Vamos Virar o Jogo: Tecendo a Educação Ambiental na CPLP”.

Não havendo outras propostas para a revisão da agenda, esta foi aprovada por unanimidade com as alterações sugeridas (Anexo 2).

4. Acompanhamento das Atividades em execução no âmbito do Fundo Especial da CPLP e de outros temas de cooperação

4.1 Seguimento das deliberações da 50ª RPFC

O DC projetou a grelha de deliberações da 50ª RPFC (Anexo 4), procedendo a um breve ponto de situação sobre a implementação das respetivas deliberações.

Foi reiterada a deliberação da 50ª RPFC, que decidiu realocar os recursos remanescentes da atividade "Apoio ao Desenvolvimento da Produção Artesanato em STP - Fase 3 (PR41LB11)", no valor de €56.158,87, para recursos sob reserva de consignação futura do Brasil.

4.2 Execução Financeira do Fundo Especial da CPLP (último trimestre de 2025)

O Diretor de Administração e Finanças (DAF) apresentou uma síntese do exercício financeiro de 2025 do Fundo Especial da CPLP (Anexo 5). Destacou que o total de recursos do Fundo atingira €6.698.032,58, distribuídos por 52 atividades, das quais 28 registaram execução financeira no período. Informou que, em 2025, haviam sido registadas novas contribuições no valor de €1.466.485 e que o desembolso de execução totalizara €1.585.838, correspondendo a uma taxa de execução financeira de 23%, com uma evolução positiva face aos dois exercícios anteriores. Sublinhou a necessidade de passar em revista as atividades sem execução e apresentou o quadro de recursos livres disponíveis.

4.3 Relatório das Atividades do Quadro Bienal de Cooperação (QBC) 2024-2026

O DC procedeu a uma apresentação das atividades constantes do Quadro Bienal de Cooperação (QBC) 2024-2026, abordado o grau de execução técnico das mesmas.

No que respeita às atividades em curso no domínio dos Recursos Hídricos, destacou o projeto que vinha sendo implementado pela ANA, abordando a intenção dessa entidade executora solicitar a extensão do respetivo projeto até dezembro de 2027, de forma a poder executar a totalidade das atividades previstas. Referiu, igualmente, a realização prevista do próximo Congresso de Educação Ambiental, e a intenção de Timor-Leste o acolher no final de 2027.

No que concerne ao projeto de Capoeira, o DC informou sobre constrangimentos identificados pela ABC à implementação do projeto na Guiné-Bissau, que se agravaram com a situação de instabilidade política vivida naquele Estado-Membro desde novembro de 2025.

Esta situação foi confirmada pela PFC BR, nomeadamente quanto à dificuldade em implementar a estratégia de capacitação de Professores/as e alunos/as do curso de Educação Física da ENEFD através de ensino à distância. Observou que havia uma lacuna em termos de experiência prática, dada a ausência de praticantes com um nível mais avançado, mas que efetivamente a situação naquele momento na Guiné-Bissau desencorajaria a ida de Professores ou Mestres de Capoeira para aquele Estado.

Para procurar desbloquear a situação, o Secretariado Executivo e a PFC BR concordaram em explorar soluções alternativas para esta iniciativa.

O DC apresentou em seguida o ponto de situação do PED II, referindo que a quase totalidade das atividades previstas se encontram cumpridas, conforme relatório previamente circulado. Indicou que se encontrava prevista uma atividade de encerramento no Brasil, em 2026, dedicada à partilha de experiências e lições apreendidas durante a execução do projeto, mas que existiam condicionamentos que afetaram o fecho do projeto: por um lado, constrangimentos administrativos internos ao Secretariado Executivo que limitaram temporariamente a disponibilização de verbas, inviabilizando a realização da última atividade, que se encontrava já alinhada com o Brasil para dezembro de 2025; por outro, a reserva manifestada pelo Ministério do Esporte do Brasil quanto à realização de atividades em ano eleitoral. Retomados os contactos após a superação progressiva dos primeiros condicionamentos, esta segunda circunstância passou a condicionar o calendário de encerramento.

Avançou para as questões relacionadas com o Acordo Administrativo para a Aplicação da Convenção Multilateral de Segurança Social, indicando que já haviam sido realizadas oito reuniões técnicas para a negociação do texto. Recordou que, na sequência da deliberação da II Reunião Extraordinária dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP, realizada na Praia em dezembro de 2025, o Secretariado Executivo enviou a NV 76/2026 solicitando aos Estados-Membros a designação dos respetivos Pontos Focais para a elaboração dos formulários e instrumentos operacionais necessários à plena implementação da Convenção. Por fim, afirmou que se previa que, até junho de 2026, fossem criadas as condições para a assinatura do Acordo Administrativo pelos Estados-Membros que já manifestaram estar preparados para o efeito: Brasil, Cabo Verde, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

A UNILAB/RIPES, através dos seus representantes Basilele Malomalo, Pró-Reitor de Relações Internacionais e Institucionais, e Luís Miguel Dias Caetano, Coordenador de Projetos Internacionais, fizeram uma apresentação do projeto e do ponto de situação da implementação do mesmo. A apresentação encontra-se em anexo ao presente Relatório (Anexo 6).

O Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE PT), na qualidade de entidade executora, apresentou o ponto de situação do Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos países de Língua Portuguesa. A apresentação foi conduzida por Conceição Veiga, Chefe de Serviço de Relações Internacionais daquele organismo, que enquadrou o projeto, iniciado em 2019 e com encerramento previsto para o final de 2026, em torno do seu objetivo central: o reforço das instituições e a capacitação dos quadros dos Institutos Nacionais de Estatística dos Estados-Membros da CPLP nas áreas de apoio institucional, difusão, geoinformação, ODS e formação especializada. A apresentação deu nota da reformulação entretanto operada na atividade, que implicou o cancelamento do

componente de Índice de Preços no Consumidor e Indicadores de Curto Prazo, com a reafecção dos respetivos montantes para áreas consideradas prioritárias pelos parceiros, designadamente ODS, Difusão e Coordenação. A reformulação contemplou ainda a reprogramação da Bolsa de Cooperação, o alargamento das modalidades de execução para formatos presenciais, híbridos e virtuais, e a atualização dos valores de referência aplicáveis, em resposta ao contexto inflacionista iniciado em 2022.

O PFC GE salientou a necessidade de incluir o tema da mobilidade no QBC, observando que constrangimentos à circulação de quadros entre os Estados-Membros condicionava a participação nas atividades da CPLP.

O Coordenador e PFC TL solicitou esclarecimentos pelo facto da atividade Lusofonia em Timor-Leste (Diligente) não ter ainda arrancado.

No seguimento desse debate, os PFC deliberaram que todos os projetos aprovados no âmbito do Fundo Especial da CPLP ainda não iniciados deverão dar início à sua execução no mais curto prazo possível, devendo o Secretariado Executivo, em articulação com as entidades executoras e os respetivos Pontos Focais de Cooperação envidar os esforços necessários para o efeito. Indicaram ainda que a área técnica do SECPLP deverá dialogar com as entidades executoras com vista à celebração de protocolos para o início da implementação.

A PFC BR solicitou que se pudesse abordar um ponto sobre um maior envolvimento dos Observadores Associados na agenda da cooperação da CPLP.

A 51ª RPFC deliberou assim que o Secretariado Executivo da CPLP, em articulação com os PFC, elabore uma matriz que cruze os projetos identificados no Quadro Bienal de Cooperação (QBC), a aguardar envelope financeiro, com o “quadro descritivo” de áreas e setores de cooperação apresentados pelos Observadores Associados nos dossiers de candidatura, conforme NV 138/2026 de 26 de fevereiro de 2026. O referido documento deverá ser submetido à apreciação e aprovação dos PFC em reunião, em formato virtual.

A 51ª RPFC deliberou que nas próximas RPFC seja inserido um ponto de agenda sobre o reporte das atividades desenvolvidas pelos setores de Educação; Ciência e Tecnologia e Ensino Superior; Cultura e Língua Portuguesa; e Assuntos Económicos e Empresariais, dado que as Direções de Serviço que acompanham esses setores também desenvolvem ações de cooperação para o desenvolvimento, com vista ao reforço das capacidades dos Estados-Membros nas diferentes temáticas.

Estas decisões foram incluídas na Grelha de Deliberações aprovada no termo da reunião.

4.4 Apuramento de recursos disponíveis no Fundo Especial da CPLP

Para apoiar a deliberação dos PFC sobre as propostas de atividades submetidas ao Fundo Especial, o DC apresentou um quadro que retomou a informação prestada pelo DAF consolidando o apuramento dos recursos livres disponíveis para aplicação pelos PFC.

Informou que o SECPLP realizara um exercício de avaliação da disponibilidade de recursos livres, sugerindo à RPFC a realocação de verbas remanescentes das atividades já

concluídas: Observatório do Clima (PR85LDA21), IX Assembleia Geral RINAPE – D.H. e Boa Governação (AP72STP24) e Comemoração do Dia Mundial da Língua Portuguesa (COOPPT022), cujo montante total ascendia a €4.040,68. Informou ainda que haviam sido apurados recursos livres a partir dos limites de consignação relativos a 2025, no total de €74.812,84, e juros vencidos no montante de €89.031,96.

A 51ª RPFC deliberou, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Regimento do Fundo Especial da CPLP, a realocação de verbas remanescentes das seguintes atividades, num total de €4.040,68, para recursos livres no Fundo Especial da CPLP:

- Observatório do Clima – PR85LDA21: €1.250,86;
- IX Assembleia Geral RINAPE – D.H. e Boa Governação – AP72STP24: €1.974,46;
- Comemoração do Dia Mundial da Língua Portuguesa – COOPPT022: €815,36.

A 51ª RPFC apurou assim um total de €167.885,48 de recursos livres disponíveis no Fundo Especial da CPLP, correspondendo a €4.040,68 provenientes da realocação de verbas remanescentes de atividades concluídas, €74.812,84 gerados pela aplicação da regra do Fundo Especial sobre limites de consignação, em 2024, e €89.031,96 resultantes de juros vencidos.

5. Propostas de Atividade para apreciação/deliberação

5.1 Novas Propostas de Atividade

5.1.1 “Food4Islands: Aquaponia Sustentável e Empreendedorismo Azul para Ilhas dos PALOP” (IPMA, I.P.)

O DC recordou que a proposta havia sido apresentada em reunião eletrónica realizada no dia 24 de fevereiro de 2026, e lembrou as categorias de decisão para deliberação sobre propostas de atividade.

O PFC PT teceu considerações sobre o projeto, reconhecendo o seu mérito e potencial relevante, sobretudo na vertente educativa, científica e de capacitação técnica, ao integrar literacia do oceano, sustentabilidade e ferramentas tecnológicas no processo de aprendizagem. Destacou a componente inovadora da proposta, que combina sistemas físicos de aquaponia com tecnologias de realidade aumentada e virtual, e a possibilidade de criar, em contexto escolar, um "laboratório vivo" propício à abordagem prática de conceitos como circularidade, interdependência biológica e uso eficiente de recursos. Manifestou, no entanto, algumas reservas. Em primeiro lugar, dizendo que persistem dúvidas quanto ao foco central do projeto – questionando se se trata sobretudo de uma iniciativa pedagógica e científica ou de produção alimentar –, matéria que assume especial relevância num contexto em que a tilápia não integra a dieta alimentar do país beneficiário. Em segundo lugar, por se identificarem fragilidades na articulação com as autoridades nacionais competentes, sendo considerado essencial garantir o seu endosso formal quanto à utilidade, benefício e sustentabilidade futura do projeto. Assinalou ainda que a importação de alevinos do Gana poderia criar uma dependência externa que não terá sido devidamente problematizada. Assim explicou que, pese embora reconhecesse potencial, particularmente na vertente educativa e de cooperação científica, importaria clarificar e reforçar o enquadramento institucional, técnico e regulatório, a sustentabilidade das soluções propostas e os critérios financeiros, excessivamente onerosos.

A PFC STP, enquanto um dos países beneficiários, manifestou algumas preocupações relativamente às implicações do projeto na dieta alimentar santomense, nomeadamente quanto à distinção entre peixe de água salgada e de água doce, mas observando que o projeto ia ao encontro do foco prioritário identificado por São Tomé e Príncipe na área da alimentação escolar. Partilhou as preocupações levantadas por Portugal, mas considerou que o projeto iria suprir necessidades identificadas, apoiando a sua aprovação com possibilidade de afinamento de alguns pontos, nomeadamente a questão da sustentabilidade energética.

O Representante de Cabo Verde reconheceu a pertinência do projeto e sugeriu que o mesmo incluísse uma componente de formação local e transferência de tecnologia para garantir a sua sustentabilidade.

O PFC GE referiu a ausência de envolvimento do seu país na proposta e identificou um conjunto de questões técnicas que deveriam ser acauteladas na execução da atividade, caso viesse a ser aprovada.

A PFC MOÇ apresentou exemplos de Moçambique na área, encorajou o avanço do projeto e sublinhou a necessidade de incluir um estudo de sustentabilidade e uma componente de formação comunitária.

A PFC BR informou ter procedido a consultas internas setoriais, tendo considerado o projeto tecnicamente viável e metodologicamente bem estruturado. Identificou, contudo, os seguintes aspetos a acautelar: definição clara de um plano de manutenção e sustentabilidade financeira pós-projeto (após 24 meses); estratégia sanitária e logística detalhada para o fornecimento inicial de alevinos de tilápia do Gana; mecanismos de apoio à formalização e capitalização das microempresas previstas; e estratégias complementares para reforço da aceitação de mercado da tilápia, em especial em Cabo Verde.

O Coordenador considerou o projeto pertinente e, após ouvir os comentários apresentados, propôs uma deliberação de revisão técnica para incorporação das recomendações dos PFC.

O DC notou o interesse e disponibilidade da Guiné-Equatorial e solicitou que os PFC enviassem as suas propostas para remeter à entidade executora, alertando para a questão da disponibilidade financeira após a RPFC e sublinhando que a revisão não garantia financiamento.

A 51ª RPFC deliberou pela aprovação com a categoria de decisão “b. Aprovação condicionada”, sujeita a revisão técnica e orçamental, com incorporação das recomendações formuladas pelos PFC que deverão ser remetidas ao SECPLP até final de março de 2026, para partilha com o IPMA e submissão à 52ª RPFC.

5.1.2 “Apoio ao funcionamento da LusoReg e ao reforço de capacidades regulatórias no setor da água e saneamento no espaço da CPLP” (LIS-Water)

O PFC GE referiu a ausência de envolvimento do seu país na proposta.

A PFC BR mencionou a relação entre a proposta e a Rede de Diretores de Recursos Hídricos, observando que a ANA também integra aspetos regulatórios, pelo que aguardaria o seu pronunciamento.

O DC esclareceu que, relativamente aos países não beneficiários, o proponente já estabelecera contactos, designadamente com Timor-Leste, mas que com a Guiné Equatorial tais contactos ainda não tinham tido sucesso, não tendo sido possível identificar um interlocutor, considerando que o sistema regulatório do setor das águas naquele país era de natureza governamental. Explicou que a entidade executora portuguesa manifestara vontade de promover esses contactos e que a eventual integração de outras entidades dos Estados-Membros poderia ser feita no decurso do projeto.

Clarificou ainda que o nome LIS-Water decorria de uma plataforma internacional já existente, mas que poderia eventualmente vir a ser adaptado.

O PFC PT considerou o projeto pertinente, numa área relevante para a CPLP e que tinha merecido apoio por parte da reunião ministerial setorial.

O Coordenador levantou a questão dos honorários e do pagamento de honorários pelo funcionamento de uma Rede.

A PFC BR referiu o Portal das Águas da CPLP e questionou se o mesmo poderia ser utilizado no quadro da proposta em análise, que propunha uma ferramenta equivalente, observando a falta de atualização desse portal da CPLP.

O DC esclareceu que o portal identificado na proposta do proponente seria de uma maior complexidade e exigência técnica.

O PFC ANG informou não se opor ao projeto.

O PFC PT manifestou disponibilidade para apoiar com recursos já disponíveis alocados ao Camões, I.P.

A 51ª RPF deliberou pela inclusão da atividade no QBC e pela sua aprovação com a categoria de decisão “b. Aprovação condicionada”, a aguardar pronunciamento do Brasil até ao dia 10 de abril e, alocar o montante de €49.820,00 a partir dos recursos consignados por Portugal/Instituto Camões I.P, existentes no Fundo Especial da CPLP.

5.1.3 CASA - Capacitação Família Rural para S.A.N. (Liga dos Amigos do Paul / JCF)

O DC recuperou brevemente o histórico de projetos selecionados em 2014 no quadro da iniciativa “Campanha Juntos contra a Fome” e respetiva pontuação, elencando aqueles que já haviam sido financiados e aqueles que aguardavam financiamento. Observou que, caso este projeto em apreço fosse aprovado, o total de projetos aprovados ascenderia a 10 e que ficariam apenas 4 por aprovar, todos eles dirigidos à Guiné-Bissau.

Referiu que a edição de 2025 da Corrida Juntos contra a Fome havia conseguido angariar €4.400,00 e, nesse sentido, propôs aos PFC a aplicação de recursos livres para complementar o orçamento do projeto.

A 51ª RPFPC deliberou pela aprovação com a categoria de decisão “a. Aprovação técnica e financeira”, da atividade “CASA - Capacitação Família Rural para S.A.N. (JCF)”, a partir dos recursos livres existentes no FE, no valor de € 29.963,70.

6. Informações e outros assuntos

6.1 Calendário das Reuniões Ministeriais Setoriais da CPLP

O DC informou que Timor-Leste, enquanto Presidência rotativa da CPLP, havia já circulado um calendário com datas indicativas para a realização das reuniões ministeriais setoriais ao longo da sua Presidência, o que permitia ter alguma previsibilidade e programação durante o período da sua Presidência.

6.2 Celebrações do 30.º aniversário da CPLP

O PFC TL propôs a consignação de uma determinada verba para financiamento de uma atividade de reforço do pilar da cooperação da CPLP e comemorativa do 30.º aniversário da CPLP, a ser pensada em articulação com o SECPLP.

A PFC BR destacou a importância dos 30 anos da CPLP e avançou a informação de que a UNILAB pretende realizar uma série de eventos comemorativos, inclusive os seus Jogos Universitários, que poderão adotar como lema os 30 anos da Comunidade.

O Representante de Cabo Verde apoiou a proposta de Timor-Leste e sugeriu a realização de uma Conferência Internacional que pudesse apoiar o exercício de revisão estratégica.

Foi aprovada uma proposta de alocação de verbas pelos PFC, a partir dos recursos livres disponíveis no FE, no montante de €35.000, para uma "Conferência sobre a Cooperação da CPLP e perspectivas de futuro", no âmbito do Programa de Atividades das Comemorações dos 30 Anos, condicionada a parecer de Portugal até 10 de abril de 2026. Para materialização dessa iniciativa, a DIRCOP apresentará uma proposta de atividade até final de maio de 2026, para aprovação pelos PFC até final de junho de 2026. A atividade deverá ter lugar no último trimestre de 2026.

6.2.2 Evento “Fórum da CPLP sobre alterações climáticas, perda da biodiversidade e degradação da terra”

O DC informou que a proposta havia sido apresentada pela Direção de Cooperação à comissão das Celebrações do 30.º aniversário da CPLP, mas que não lograra sucesso.

6.3 Informação sobre reuniões ministeriais setoriais no âmbito do pilar da cooperação

6.3.1 VI Reunião de Ministros dos Assuntos do Mar, Mindelo, 5 de novembro de 2025

O DC fez um breve relato desta ministerial setorial e informou sobre a aprovação do Plano de Ação 2025-2027 e sobre a atualização da Estratégia dos Oceanos da CPLP, solicitando a quem ainda não o tivesse feito que procedesse à indicação de representantes para o respetivo grupo de trabalho. Informou, ainda, que a primeira reunião do GT decorreria em formato virtual, no dia 25 de março de 2026.

6.3.2 II Reunião Extraordinária dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais, Praia, 3 de dezembro de 2025

O técnico da DIRCOOP fez breve relato desta reunião, destacando a aprovação do II Plano de Ação da CPLP para o Combate ao Trabalho Infantil 2026-2030 e, quanto ao Acordo Administrativo para a Aplicação da Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP, a circunstância de, contrariamente à expectativa, este não ter sido assinado. Sublinhou que se tratava de um processo complicado, mas apelou a aqueles Estados-Membros que não estivessem preparados para avançar que não obstaculizassem os demais, até porque a assinatura só comprometia quem tivesse ratificado a Convenção. Renovou, ainda, o apelo para a indicação dos Pontos Focais e preenchimento dos formulários.

Sobre a 6.^a Conferência Mundial sobre a Eliminação do Trabalho Infantil, realizada em Marraquexe, de 11 a 13 de fevereiro de 2026, informou que foi possível neste evento fazer uma apresentação da visão da CPLP num painel sobre cooperação regional e ainda uma reunião de pontos focais entre os representantes dos Estados-Membros presentes, tendo esta contado com a participação de Vera Paquete Perdigão, Diretora de Governança e Tripartismo da OIT.

6.4 2.º Diálogo CPLP-MAB e Observadores Associados da CPLP

A técnica da DIRCOOP informou que haviam sido realizadas duas Mesas Redondas de Diálogo entre a CPLP MaB e os Observadores Associados, a 16 de junho e a 27 de novembro de 2025, na Sede da CPLP, em Lisboa. Estas iniciativas tiveram como objetivo promover um diálogo estruturado, permitindo apresentar as principais iniciativas e prioridades da rede CPLP MaB, identificar áreas de interesse dos Observadores Associados e lançar as bases para a construção de uma agenda comum de cooperação.

Explicou que a II Mesa de Diálogo, dedicada ao tema “Cooperação na Agenda do Clima na CPLP”, reunira representantes institucionais, especialistas e uma ampla participação diplomática, incluindo Estados-Membros como Brasil, Portugal e Timor-Leste, bem como Observadores Associados de 12 países. Acrescentou que o encontro destacara a partilha de boas práticas em Reservas da Biosfera e o papel de soluções baseadas na natureza no reforço da resiliência climática, contando ainda com contributos de entidades como a Agência do Clima, a Universidade de Coimbra e representantes de 19 Reservas da Biosfera de Portugal.

Complementou a informação indicando que a II Mesa tinha permitido alinhar políticas com metas climáticas globais, evidenciar resultados concretos no terreno e consolidar propostas de continuidade e, assim, reforçar o papel das Reservas da Biosfera como espaços privilegiados de experimentação e implementação de soluções para a adaptação climática no espaço da CPLP.

6.5 Rede de Pontos Focais para os Acordos Multilaterais de Ambiente

Recordando a Resolução aprovada pelo Conselho de Ministros de Bissau, de julho de 2025, o DC solicitou aos Estados-Membros que ainda não o tivessem feito que identificassem elementos para o Grupo de Trabalho, sublinhando a necessidade de arrancar com os trabalhos o mais brevemente possível. Informou que São Tomé e Príncipe, Brasil, Timor-Leste e Portugal já haviam procedido a essa identificação.

6.6 Plano Estratégico de Cooperação em Governança Eletrónica da CPLP (PEGECPLP 2026-2031)

A técnica da DIRCOOP informou que a elaboração do Plano Estratégico de Cooperação em Governança Eletrónica (GE) teve início no âmbito da Reunião dos Pontos Focais de Governança Eletrónica, no segundo semestre de 2025, ocasião em que se decidiu constituir um Grupo de Trabalho (GT) para a essa finalidade. O GT, composto por Angola, CV, GB (ainda não estava suspensa da Comunidade) e PT, elaborou a primeira versão do PEC no mês de janeiro de 2026, depois de diversas reuniões com este fim. Indicou ainda que, naquele momento, os demais Pontos Focais de Governança Eletrónica - que não integraram o Grupo de Trabalho - se encontravam em fase de apreciação do documento e poderiam apresentar as suas considerações e contributos até ao dia 20 de março de 2026.

O PFC GE solicitou informações sobre como enquadrar o programa da Guiné Equatorial no âmbito do Plano da CPLP, comprometendo-se a dar indicação dos Pontos Focais em breve.

6.7 IV Diálogo sobre Pequenos Negócios e Empreendedorismo no âmbito da CPLP

A PFC BR informou sobre a realização do “IV Diálogo sobre Pequenos Negócios e Empreendedorismo no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP”, acordado entre o Instituto de Pequenas e Microempresas de Moçambique (IPEME), o SEBRAE e a ABC, por ocasião da visita do Presidente da República do Brasil a Moçambique, em novembro de 2025. Indicou que a delegação brasileira apoia a ideia de Moçambique de realizar o evento em Maputo, em setembro de 2026, durante a Feira Internacional de Maputo (FACIM). Solicitou os bons ofícios do Ponto Focal de Moçambique para consulta formal ao Ministério da Economia, com vista a confirmar o interesse e a disponibilidade de Moçambique em sediar o referido evento.

6.8 Seminário Internacional sobre Empreendedorismo e Mundo do Trabalho para a Juventude com os Jovens dos Países Membros da CPLP

A PFC BR informou sobre a intenção da Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República de propor a realização de um Seminário Internacional sobre Empreendedorismo e Mundo do Trabalho para a Juventude com os Jovens dos Países Membros da CPLP, iniciativa que visa contribuir para a implementação da Década da Juventude da CPLP e para a efetivação dos compromissos assumidos na Carta da Juventude da CPLP, especialmente no que respeita à promoção do emprego, do empreendedorismo e da inclusão produtiva juvenil.

A proposta prevê a realização do Seminário em duas etapas complementares: uma, remota, de carácter preparatório, e outra presencial, a realizar no Brasil, reunindo representantes governamentais e organizações da sociedade civil. O objetivo central é promover o intercâmbio de boas práticas, o fortalecimento de redes de cooperação e a construção de estratégias comuns voltadas à geração de oportunidades para a juventude dos Estados-Membros. A Presidência da CPLP e o SECPLP serão convidados para uma reunião de coordenação em breve.

6.9 “Vamos Virar o Jogo: Tecendo a Educação Ambiental na CPLP”

A PFC BR apresentou a intenção do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática em apresentar futuramente a iniciativa “Vamos Virar o Jogo: Tecendo a Educação Ambiental na CPLP”. A referida iniciativa constituiu-se como uma proposta de cooperação voltada à ampliação e ao fortalecimento da Educação Ambiental nos países da CPLP, com foco no intercâmbio de experiências, metodologias e instrumentos de políticas públicas capazes de contribuir para o enfrentamento dos desafios socioambientais contemporâneos, incluindo as mudanças do clima, a perda da biodiversidade e as desigualdades socioambientais.

O Representante de Cabo Verde registou a recorrente ausência de informações sobre as temáticas de Cultura, Educação e Ciência e Tecnologia nos pontos da agenda, sugerindo que essa lacuna seja colmatada em futuras reuniões.

7. Preparação da Grelha de Deliberações

A Grelha de Deliberações foi preparada e apresentada à Reunião pelo DC.

8. Aprovação da Grelha de Deliberações

A Grelha de Deliberações aprovada consta no Anexo 7.

9. Encerramento dos Trabalhos

Não havendo nada mais a declarar, deu-se por encerrada a Reunião.

Lista de Anexos:

- Anexo 1: Lista de Participantes
- Anexo 2: Agenda da 51ª RPFC – versão aprovada
- Anexo 3: Apresentação sobre a cooperação da CPLP nos 30 anos da Comunidade
- Anexo 4: Grelha de deliberações da L RPFC
- Anexo 5: Quadro Síntese – Execução Financeira do Fundo Especial da CPLP (último trimestre de 2025)
- Anexo 6: Apresentação do projeto UNILAB/RIPES
- Anexo 7: Grelha de Deliberações da 51ª RPFC

Anexo 1

51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCALIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Sede da CPLP, 12 e 13 de março de 2026

LISTA DE PARTICIPANTES

- **ANGOLA**
 - Gaspar Custódio Domingos da Silva, Embaixador e Ponto Focal de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores
 - Georgina Vieira - Terceira-Secretária da República de Angola junto da CPLP
 - Júlio Fernandes de Carvalho – Diretor do Gabinete de Intercâmbio do Ministério da Saúde
 - Daniel João Jorge - Diretor do Gabinete de Intercâmbio do Ministério da Cultura

- **BRASIL**
 - Alessandra Ambrosio, Coordenadora-Geral de Cooperação Técnica com a CPLP (CGCPLP) da ABC e Ponto Focal de Cooperação, Ministério das Relações Exteriores
 - Rafael Paulino – Missão do Brasil junto à CPLP
 - Alda Alves da Silva – Analista de programas da Agência Brasileira de Cooperação (virtual)

- **CABO VERDE**
 - José Antônio Delgado – Conselheiro, Embaixada de Cabo Verde em Portugal
 - Filomena Lopes, Técnica Superior, Embaixada de Cabo Verde em Portugal

- **GUINÉ-EQUATORIAL**
 - Ricardo Mateo Sila, Embaixador Encarregado da Lusofonia, Ponto Focal de Cooperação, Ministério dos Assuntos Exteriores
 - Moises Mba Sima Ncham, Conselheiro da Embaixada da Guiné-Equatorial em Lisboa

- **MOÇAMBIQUE**
 - Ilda Trigo Raivoso, Diretora-Adjunta para as Organizações Internacionais e Conferências (DOIC) e Ponto Focal de Cooperação, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC);
 - Antônio Carlos – Primeiro Secretário
 - Maria do Céu Cardoso, Conselheira, Embaixada de Moçambique em Lisboa

- **PORTUGAL**
 - André Nabais, Divisão de Assuntos Multilaterais, Direção de Serviços de Cooperação Multilateral e Europeia, Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., Ministério dos Negócios Estrangeiros

- **SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**
 - Hedwirame Monteiro dos Santos - Ponto Focal de Cooperação e Conselheira

- **TIMOR-LESTE**
 - Bendito dos Santos Freitas, Ministros dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
 - Georgina Sales Luís - Terceira Secretária, Missão Permanente de Timor-Leste junto da CPLP
 - Joaquim Fernandes - Conselheiro, Diretor Nacional para a CPLP e Ponto Focal para os Assuntos da CPLP do Ministério dos Negócios Estrangeiros
 - Andreia Pires, Técnica Superior, Missão Permanente de Timor-Leste junto da CPLP

- **Secretariado Executivo da CPLP**
 - Maria de Fátima Jardim, Secretária Executiva da CPLP
 - Miguel Sousa Monteiro, Diretor-Geral do Secretariado Executivo da CPLP
 - Manuel Clarote Lapão - Diretor de Cooperação do SECPLP
 - Macsud Ismail, Diretor de Administração e Finanças
 - Philip Baverstock, Técnico Superior da Direção de Cooperação
 - Fabiana Porto Pichler - Técnica de Cooperação
 - Clara Justino - Técnica de Cooperação

- **Entidades Convidadas**
 - Dr. Basilele Malomalo - Pró-Reitor de Relações Internacionais e Institucionais da UniLab
 - Dr. Luís Miguel Dias Caetano - Coordenador de Projetos Internacionais da UniLab
 - Dra. - Maria da Conceição Veiga - Diretora de Serviço - Relações Externas e Cooperação - Instituto Nacional de Estatística - Portugal